



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ**  
Palácio Prefeito Rudisney Gimenes  
**Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca**

---

**Ata da II Reunião Ordinária 2022 do Conselho Municipal do Meio Ambiente de Pontal do Paraná – CONSEMMA**

Foi realizada a II Reunião Ordinária do CONSEMMA, no dia vinte e oito de abril de dois mil e vinte e dois, às quatorze horas, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná e online através da plataforma Google Meet. Estiveram presentes os seguintes conselheiros: Jackson Cesar Bassfeld – Presidente do CONSEMMA (SMMAAP/PMPPR), Flávia Caroline Deable Zacarias (SMMAAP/PMPPR), Iva Maria Ronahak Lindner (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/PMPPR), Francisca Kaminski (PROVOPAR), Leticia Fernandes Andres (SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/PMPPR), João Rempel (ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE PONTAL DO PARANÁ), Roberto Stelmacki Jr. (ACIAPAR), Jony Harri Bornmann (NAGUAR) e online: Jackson Jorge Cunha e Alyne Cunha (AMCORESPP), Fernando Augusto Silveira Armani (CEM/UFPR), Juliano Dobis (MAR BRASIL), Emilson Carlos Kopp (COPEL) e Guilherme Zavataro (SANEPAR), além dos conselheiros, presencialmente as ouvintes Juliana Miranda (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/PMPPR), Juliane Nonato (Instituto Pró-Restinga). O Sr. Jackson iniciou a reunião citando as pautas sugeridas: - Comunicado Ofício 202/2022 GAEMA; - Discussão sobre a utilização dos recursos do Fundo Municipal do Meio Ambiente, - Semana de Meio Ambiente 2022, - Plano Municipal da Mata Atlântica (Proponente: Juliano Dobis (Mar Brasil)), - Plano de manejo da restinga (Proponente: Jony Harry Bornmann (NAGUAR)), - Plano de resíduos sólidos do município (Proponente: Fernando Armani (CEM/UFPR)), - Pista de motocross (Proponente: João Rempel (Associação de Moradores de Pontal do Paraná)), - Assuntos Gerais. O Sr. Jackson prossegue comentando que para otimizar o tempo, cada pauta poderá ser apresentada em até 10 minutos por conselheiro proponente. O Sr. Jackson avança a reunião e inicia a leitura do Ofício 202/2022 (Em anexo), cujo objeto é "Acompanhar a destinação de recursos do fundo do CONSEMMA mediante de informação da aprovação irregular dos custeios de despesas publicitárias pelo CONSEMMA Pontal do Paraná". O Sr. Jackson comenta que as solicitações do MP/GAEMA foram respondidas com os encaminhamentos da ATA, bem como a gravação da reunião. Ele ressalta que sempre se busca promover a transparência dos atos dentro do Conselho e que as ATAS ficam disponíveis no Portal da Transparência. Ele cita que, é uma situação recorrente e constrangedora os entendimentos legais para as aplicações dos recursos do Fundo Municipal do Meio Ambiente, e que possamos construir um bom entendimento junto ao MP/GAEMA. De acordo com a Lei nº 91, de 2 de julho de 1998, ela descreve quais são as competências dos Conselheiros. Espera-se que o entendimento do MP/GAEMA seja em consonância. No caso específico da verba aprovada, em que hipótese estamos desvirtuando aquilo que são os objetivos da publicidade, estamos falando principalmente de educação ambiental e ações que envolvem diretamente o meio ambiente. Para apaziguar a questão, o Sr. Jackson prossegue para a segunda pauta que envolve diretamente a utilização de recursos do Fundo do CONSEMMA e na legislação que especifica o uso dos recursos do Fundo, é relatado um Plano de Aplicação e sugere que seja convocada uma extraordinária, pelo tempo, para discussão, de uma forma ampla e justa, e que as diretrizes e objetivos do plano

(P)

B.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes

### Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca

48 andem de acordo com as necessidades. O Sr. Guilherme comenta que tem  
49 acompanhado em alguns locais que além do plano de aplicação do Fundo, é colocado  
50 um mecanismo no qual a entidade a qual o Conselheiro participa não pode angariar  
51 fundos e sugere que o Conselho acolha tal mecanismo, para que as  
52 pessoas/Conselheiros não participem do CONSEMMA com foco em angariar recursos  
53 do fundo e concorda com a fala anterior do Sr. Jackson sobre o Plano de Aplicação. O  
54 Sr. Roberto relata que pessoa física/privada que envolve questões ambientais, em  
55 diversos interesses, sempre há uma denúncia ao MP, na questão ambiental e que o  
56 órgão no município atua de forma rápida. O rito diz que houve uma de denúncia e é  
57 preciso averiguar e acredita sim que existem, como a própria Procuradoria Jurídica  
58 expôs, justificativas e que o processo deve se findar a partir disso. Ainda, o Sr.  
59 Roberto sugere que antes do Plano de Contingencia, pudesse se pensar na revisão  
60 do regulamento interno, para que não se vincule interesses terceiros para as cadeiras  
61 no Conselho, e seja confeccionado um planejamento estratégico daquilo que se quer  
62 para o exercício de 2022, com objetivos e em cima deles realizar o Plano de  
63 Aplicação para designação de recursos, e que caso haja situações fora do contexto,  
64 as mesmas precisam ser analisadas de forma específica, ficando as ações mais  
65 práticas e objetivas. O Sr. Jackson responde que a colocação é pertinente para que o  
66 trabalho não seja realizado de forma pontual e sim acima de um planejamento  
67 estratégico em relação as necessidades de que o Conselho pode diagnosticar frente  
68 as questões socioambientais no território municipal. O Sr. Jackson prossegue para a  
69 terceira pauta que trata sobre a Semana do Meio Ambiente, geralmente na primeira  
70 semana do mês de junho, sendo o dia 05 do mês de junho o Dia Mundial do Meio  
71 Ambiente, e realiza um chamamento público para as Entidades dos Conselheiros  
72 estarem firmes nas ações a serem realizadas em conjunto durante a semana. O  
73 núcleo de Educação Ambiental da Secretaria Municipal de Educação está presente na  
74 reunião e tem pouco menos de 30 dias para a execução e mobilização das atividades,  
75 e pede às instituições presentes o que cada uma delas podem contribuir e as  
76 possíveis ações que possam ser agregadas a Semana de Meio Ambiente no  
77 município, principalmente em ações junto as escolas. O Sr. Juliano questiona a  
78 possibilidade de transporte para os alunos das escolas para locomoção até a sede da  
79 MarBrasil para realização de atividades durante a semana. O Sr. Jackson comenta  
80 que seja enviada em uma proposta com as necessidades de logística para que possa  
81 fechar a agenda em relação as necessidades. Ainda, pede aos outros Conselheiros  
82 que contribuam com o que for possível realizarem. O Sr. Jackson pede que as  
83 propostas sejam formalizadas e enviadas em um prazo de 10 dias, com tempo hábil  
84 de atender a necessidade de cada proposta. A Sra. Iva relata que a Secretaria de  
85 Educação já possui alguns programas dentro das escolas e comenta que muita coisa  
86 já está acontecendo. O Sr. Jackson pede a Educação para marcar uma reunião para  
87 falar sobre o assunto. Ainda, o Sr. Jackson comenta que a Pontifícia Universidade  
88 Católica do Paraná – PUC PR está realizando uma parceria muito positiva e fica o  
89 convite de proposta para a representante do Pro Restinga que possui articulação com  
90 o Professor Carlos da instituição. O Sr. Fernando Armani comenta que seria  
91 interessante conhecer as propostas para que os Conselheiros não apresentem  
92 propostas iguais. O Sr. Jackson pede que as propostas sejam postadas no grupo do  
93 aplicativo WhatsApp em um prazo máximo de 10 dias. O Sr. Fernando Armani  
94 comenta sobre a pauta anterior, que esse tipo de ação poderia ser custeado pelo

(L)

B.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes

Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca

95 recurso do fundo que não inviabiliza a participação dos Conselheiros. A Sra. Leticia  
96 comenta que está sendo confeccionado o termo de cooperação técnica com a PUC e  
97 faz com que a instituição possa participar das ações dentro de todas as Secretarias  
98 da Prefeitura Municipal, só é necessário realizar a articulação das ações. O Sr.  
99 Jackson passa a palavra ao Sr. Juliano para a apresentação da pauta do Plano  
100 Municipal da Mata Atlântica. O Sr. Juliano inicia relatando como foram as oficinas  
101 para a elaboração do Plano da Mata Atlântica, os documentos e como se elabora um  
102 plano. O Plano foi por um intermédio de um consórcio e que todos os municípios  
103 litorâneos possuem seu próprio Plano Municipal de Mata Atlântica, e sugere que seja  
104 planejado, até dentro das questões financeiras, o que pode ser priorizado e o que  
105 pode ser realizado para o Plano da Mata Atlântica acontecer. Ainda, de acordo com a  
106 possibilidade de recurso financeiro, o plano não é colocado em prática e que o plano  
107 seja tirado da gaveta e que seja realizada as aplicações do Plano Municipal da Mata  
108 Atlântica. O Sr. Jackson sugere que seja criado uma câmara técnica dentro do  
109 Conselho para debater o assunto e que o Sr. Juliano seja o coordenador devido a sua  
110 experiência com o assunto e pede ao Sr. Juliano que poste no grupo do aplicativo  
111 WhatsApp aquilo que já foi construído em relação a questão para o nivelamento de  
112 informações para a composição da câmara técnica. O Sr. Roberto comenta que a  
113 Associação Comercial já se coloca a disposição a participar do grupo de trabalho  
114 citada anteriormente. O Sr. Jackson passa a palavra para o Sr. Jony (NAGUAR) para  
115 a discussão da pauta sugerida por ele que trata sobre o Plano de Manejo da  
116 Restinga. O Sr. Jony inicia comentando a necessidade confeccionar o Plano de  
117 Manejo da Restinga, onde já foram realizadas discussões e verbas aprovadas para  
118 confecção do plano dentro do presente Conselho, para dizer o que pode e não ser  
119 feito. O Sr. Jackson comenta que o município deve assinar antes de mais nada o  
120 Projeto Orla e a Gestão de Praia Marítimas junto a Secretaria do Patrimônio da União  
121 - SPU e que teve oportunidade de estarem reunião com o Superintendente da União no  
122 Paraná (SPU/PR) Sr. Jean Dolinski e o Sr. Luciano Diz e foram discutidas as  
123 questões e que o processo do município está no núcleo de geoprocessamento da  
124 Região Sul, localizado no Município de Florianópolis/SC, e que ficou acordado com o  
125 SPU que eles irão promover uma videoconferência com o núcleo de  
126 geoprocessamento para avançar nessas questões fundamentais para a confecção do  
127 plano de manejo de uma APP. No entanto, o governo Federal está deixando os  
128 assuntos em pausa por conta da PEC 39/2011 que (Revoga o inciso VII do art. 20 da  
129 Constituição e o § 3º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias,  
130 para extinguir o instituto do terreno de marinha e seus acrescidos e para dispor sobre  
131 a propriedade desses imóveis. Ainda, não é só o Plano de Manejo da Restinga, como  
132 também do Parque do Manguezal. Avançando nestes dispositivos poderemos pleitear  
133 o ICMS Ecológico. Considerando as terras indígenas dentro do município, elas foram  
134 demarcadas pela FUNAI, porém nunca foram homologadas, provavelmente por  
135 problemas fundiários. Quando homologadas o município também pode pleitear o  
136 ICMS Ecológicos destas áreas ricas em biodiversidade e questões étnicas. Outra  
137 proposta, realizada junto ao pessoal do Núcleo de Educação Ambiental, da Secretaria  
138 Municipal de Educação, junto ao IAT, foi a de expandir a Estação Ecológica do  
139 Guaraguaçu e que é algo para se pensar, pois podem gerar conflitos de interesses  
140 imensos dentro do município referente ao uso e ocupação do solo, visto que é uma  
141 área de uso restrito. O Sr. Juliano comenta sobre o ICMS Ecológico do Parque



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes

### Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca

142 Municipal da Restinga, há um tempo atrás foram realizadas simulações junto com o  
143 pessoal do IAT sobre este e o valor de tributos que o município receberia seria em  
144 torno de quatro vezes maior que é agora. O Sr. Jackson passa a palavra para o Sr.  
145 Fernando Armani para a discussão da pauta sugerida por ele que trata sobre o Plano  
146 de Resíduos Sólidos. O Sr. Fernando Armani comenta que fez uma apresentação  
147 rápida, mas com o andamento da reunião percebeu que talvez seria mais  
148 interessante, ao invés da apresentação do que se deve ter em um plano de resíduos,  
149 a criação de uma câmara técnica para o plano de resíduos da construção civil, onde o  
150 Sr. Armani se dispõe a coordenar. O Sr. Fernando Armani inicia a apresentação  
151 expondo a diferença entre um plano municipal de gestão integrada de resíduo e o  
152 plano municipal de resíduos da construção civil, onde são documentos que devem ser  
153 utilizados como ferramenta, onde deve ser apresentado um diagnóstico geral dos  
154 resíduos e os itens que devem constar na construção de um plano de resíduos  
155 sólidos. O Sr. Jackson comenta que fica a sugestão da criação de uma câmara  
156 técnica para a discussão do plano integrado de resíduos sólidos e o plano de resíduos  
157 da construção civil e sugere o Sr. Fenando Armani para coordenação da câmara  
158 técnica. O Sr. Roberto comenta que a ACIAPAR se dispõe a também participar da  
159 câmara técnica. O Sr. Jackson ainda sugere que a AMCORESP faça parte da câmara  
160 técnica também, devido a experiência quanto aos resíduos recicláveis. O Sr. Jackson  
161 passa a palavra para o Sr. João para a discussão da pauta sugerida por ele que trata  
162 sobre a Pista de Motocross e comenta que a pauta já foi discutida anteriormente. O  
163 Sr. João inicia comentando que não foi discutida e por isso queria comentar na  
164 presente reunião, prossegue relatando que as máquinas começaram a trabalhar no  
165 local e o Sr. João não sabia o que era e então veio a saber que é uma pista de  
166 motocross. A pista de motocross é um barulho que vai ter através das motos em alta  
167 velocidade, feita em meio a uma praça, cerca de 40 metros longe das casas da região  
168 e para fazer uma pista dessa, a pista deve ser homologada e bem feita e o meio  
169 ambiente deve verificar se existe a possibilidade da pista de motocross mesmo e  
170 quem fica no final de semana não consegue descansar, além de incomodar a fauna  
171 local. E que o interesse das pessoas que vierem até o local é só correr e não agregar  
172 ao turismo do município. Ainda, o Sr. João comenta que é necessário observar o  
173 impacto ambiental e realizar um estudo de impacto da vizinhança. O Sr. Jackson  
174 agradece a fala do Sr. João e o que for pertinente a área ambiental vai ser verificada,  
175 sem sombra de dúvidas. Ainda, não sabe até onde o CONSEMMA pode opinar,  
176 porém os mecanismos de controle de competência das Secretarias Municipais devem  
177 estar sendo observados. O Sr. Jackson agradeceu a presença/participação de todos e  
178 deu por encerrada a reunião às 15 horas e 28 minutos, e eu Flávia, lavrei a presente  
179 ata que será assinada pelo Presidente e pela Secretária Executiva do Conselho  
180 Municipal de Meio Ambiente.

**Jackson Cesar Bassfeld**  
Presidente do CONSEMMA

**Flávia Caroline Deable Zacarias**  
Secretária Executiva do CONSEMMA